



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Em defesa do ensino público, gratuito, laico, científico,
vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis
e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!**

APEOESP / AFUSE / SINPEEM - 11/10/21

Bolsonaro, Doria e Nunes estão atacando o funcionalismo e os serviços públicos

UNIFICAR OS ESTADUAIS E OS MUNICIPAIS NAS RUAS, NO DIA 13/10!

BASTA DE DIVISIONISMO E CORPORATIVISMO!

**QUE AS DIREÇÕES SINDICAIS CONVOQUEM AS ASSEMBLEIAS PRESENCIAIS,
VISANDO A ASSEMBLEIA GERAL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO!**

NENHUMA CONFIANÇA NO PARLAMENTO E NA JUSTIÇA BURGUESA!

A DERROTA DAS CONTRARREFORMAS VIRÁ DA LUTA MASSIVA NAS RUAS!

Estão marcadas para o dia 13/10 duas manifestações separadas de setores do funcionalismo público de São Paulo, uma em frente à Câmara Municipal, às 14h, e outra na Alesp (Assembleia Legislativa de SP), às 17h, dos municipais e estaduais, respectivamente. Os primeiros, encabeçados pelo SINPEEM (sindicato dos trabalhadores da Educação de SP), estão em luta contra o conjunto de medidas de ataque - cujo centro está na nova reforma previdenciária - proposto pelo prefeito Ricardo Nunes/ MDB; os estaduais estão combatendo o PLC 26, que é a reforma administrativa encaminhada por Doria/PSDB; todos, no discurso, estão contra a PEC 32, da reforma administrativa proposta por Bolsonaro.

O sentido geral das medidas de ataque é de descarregar o peso da crise econômica sobre os ombros dos explorados. No centro do problema está a gigantesca e extorsiva dívida pública. De acordo com o Banco Central, a dívida pública é de R\$6,79 trilhões (dados de julho), o que equivale a 83,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se de uma soma fabulosa de riquezas que

é tomada pelo capital financeiro, o qual exige dos governos que realizem mais e mais cortes orçamentários, que destruam conquistas históricas dos oprimidos e continuem com a sangria da dívida. Está aí a verdadeira raiz dos ataques. Os governos buscam reduzir a folha salarial, penalizar os aposentados, acabar com o regime de estabilidade, destruir direitos, terceirizar, privatizar, aumentar a exploração e proteger as funções parasitárias do Estado, tudo para manter intactos os interesses de rapina do grande capital monopolista.

Considerando, então, que os ataques que vêm dos âmbitos federal, estadual e municipal possuem uma fonte comum, torna-se incompreensível que sejam feitos dois atos separados. Caso se mantenha esse divisionismo, os ataques continuarão desgraçando os assalariados! Os trabalhadores precisam superar a política divisionista das direções e recorrer à mais ampla unidade, no campo da independência de classe, para derrotar as contrarreformas. O combate massivo e unitário é uma necessidade premente dos explorados de conjunto. Já passou da hora

de colocar em movimento os empregados e desempregados, o funcionalismo, os trabalhadores da iniciativa privada e a juventude oprimida, os aposentados e os da ativa, enfim, pôr em marcha um movimento nacional sob um programa de reivindicações comuns e sob a direção da classe operária, para lutar em defesa dos empregos, dos salários, dos serviços públicos e dos direitos.

As direções sindicais, contudo, têm justificado a divisão pelo fato de as propostas de modificação da legislação tramitarem em instâncias distintas, o que supostamente exigiria do movimento exercer pressão separadamente sobre vereadores e deputados. Na base desse argumento se encontra a tática da luta institucional, como se fosse possível “convencer” os parlamentares a não votarem ou votarem contra os projetos governistas. Quando criticados por essa ilusão na via institucional, até admitem, em palavras, a necessidade de combinar essa intervenção com a mobilização nas ruas. Na prática, porém, não dão força à convocação dos trabalhadores para as manifestações, e acabam subordinando os limitados atos de rua à necessidade de “pressionar” os parlamentares. O que significa anular o real potencial que tem a luta radicalizada e massiva nas ruas, substituindo-o pelo fracassado método de disputa institucional. É o que revela a experiência amarga das derrotas diante das contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Os representantes da burguesia, não importa em qual alçada do Estado, vão se posicionar, via de regra, pelos seus interesses gerais como classe dominante, ou por interesses corporativos. Curvam-se, em última instância, aos ditames do poder econômico e não à força dos argumentos. Seria cômico, se não fosse trágico, o apelo das direções sindicais para que os trabalhadores enviem mensagens virtuais e que percorram os gabinetes dos parlamentares, para “virar votos” em favor do nosso movimento. Como se vê, o cretinismo parlamentar da esquerda reformista, centrista e estalinista parece não ter limites...

A linha política do movimento deve ser ou-

tra: devemos lutar pela retirada imediata e integral dos projetos. E a única forma de constituir a correlação de forças para atingir esse fim é se apoiar no poderio da mobilização coletiva dos explorados, partindo das suas reivindicações elementares. É preciso aproveitar a força numérica e social dos trabalhadores, pela sua capacidade de golpear os interesses da burguesia interrompendo a produção e a circulação de mercadorias. Daí a importância do método da ação direta, isto é, das greves, piquetes, bloqueios de avenidas, ocupações etc. O primeiro passo para constituir um poderoso movimento unitário, organizado sob um plano de lutas comum, é a convocação das assembleias presenciais. São os próprios trabalhadores, reunidos em seus fóruns de discussão e deliberação, que devem decidir como organizar a resistência coletiva. Concretamente, no momento atual isso implica em aprovar:

- 1) uma carta de reivindicações, que contemple as necessidades gerais dos explorados (empregos, salário e direitos), para dar uma resposta classista, combativa e unificada dos trabalhadores e da juventude oprimida;
- 2) uma campanha junto às escolas e repartições públicas, para mobilizar os servidores, objetivando a derrubada da PEC 32 de Bolsonaro, do PLC 26 de Doria e a reforma da Previdência de Nunes;
- 3) a realização de um verdadeiro dia nacional de luta, com o método da ação direta (paralisações e atos massivos), contra as reformas antipopulares e antinacionais.

A Corrente Proletária na Educação chama a vanguarda com consciência de classe a lutar por essas bandeiras. Rechaçamos o divisionismo burocrático e exigimos a unificação de todo o funcionalismo nas ruas, no dia 13/10. É possível vencer, mas, para isso, os trabalhadores devem confiar apenas em suas próprias forças. A retirada definitiva das contrarreformas somente será conquistada através do combate radicalizado, no campo da independência de classe. Nenhuma confiança no Parlamento e na Justiça burguesa! Todos às ruas no dia 13/10!

Escute o Massas, **podcast do Partido Operário Revolucionário**

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**